

A crise da democracia liberal e a confessionalização da política

The crisis of liberal democracy and the confessionalization of politics

 <https://doi.org/10.23925/ua.v26i42.e60577>

Sávio Silva de Oliveira¹

Resumo

O período que abrange a crise democrática no Brasil nos últimos anos coincide com o auge do poder da representação evangélica. Enquanto a democracia sofre com uma crise generalizada, uma política altamente influenciada pela fé se fortalece. Pressupõe-se que o vínculo que liga esses dois elementos seja a própria crise de representação desse período. Portanto, com base em uma revisão do estado da arte, o objetivo deste trabalho é investigar os mecanismos causais por trás dessa conexão. Ao longo desta pesquisa, confirmou-se que existe uma relação entre a crise na representação política, o enfraquecimento da democracia liberal e a influência da religião na política. O novo ativismo político evangélico busca consolidar uma cultura política em que os valores religiosos desempenham um papel fundamental na formação das preferências políticas de eleitores e eleitoras evangélicos/as e na condução das atividades parlamentares de seus e suas representantes.

Palavras-chave: Erosão democrática; crise de representação; confessionalização da política.

Abstract

The period that encompasses the democratic crisis in Brazil in recent years coincides with the height of the power of evangelical representation. While democracy was suffering from a widespread crisis, a politics highly influenced by faith gained strength. The assumption here is that the link that connects these two elements is the representation crisis of that period itself. Therefore, based on a review of the state of the art, the aim of this work is to investigate the

1 Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Licenciado em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas,  0000-0003-3249-3818, saviogeografia1@gmail.com

causal mechanisms behind this connection. Throughout this research, it was confirmed that there is a relationship between the crisis in political representation, the weakening of liberal democracy and the influence of religion in politics. The new evangelical political activism seeks to consolidate a political culture in which religious values play a fundamental role in shaping the political preferences of evangelical voters and in conducting the parliamentary activities of their representatives.

Keywords: Democratic erosion; representation crisis; confessionalization of politics.

Introdução

Em 2020 o *V-Dem Institute* deixou de considerar o Brasil uma democracia liberal e passou a considerá-lo uma democracia meramente eleitoral². Tal conclusão veio após uma década de crises política e financeira acompanhadas de significativas turbulências institucionais. Avritzer (2019) circula o período entre 2013 e 2018 como um período de enfraquecimento da democracia brasileira, uma vez que, no auge da operação Lava Jato, um de seus efeitos é o sentimento de anticorrupção que colocou descrédito sobre as instituições políticas. Aproveitando o período de descrédito das instituições e o desânimo da população para com a política tradicional, setores reacionários passaram a encabeçar movimentos políticos anti-instituições, antipolítica e antidemocráticos. Importa mencionar o controverso impeachment de Dilma Rousseff que ocorreu nesse período (TELLES, 2017).

A Ciência Política brasileira da última década focou consideravelmente no tema da erosão democrática, e é unanimidade nesses estudos que a eleição de Jair Bolsonaro se beneficiou da crise política em que o país passava (AVRITZER, 2019). Bolsonaro alçou-se como o candidato contra a corrupção e se vendeu como *outsider*, ainda que sua vida política seja longa (GALLEGO, 2019). Além do mais, Jair Bolsonaro candidatou-se como representante da família tradicional fortalecendo um conservadorismo de base religiosa, aguerrido em pautas de costumes (MARIANO e GERARDI, 2020).

Esse é o aspecto de destaque neste trabalho: o período que compreende a crise democrática brasileira dos últimos anos coincide com o período em que a representação evangélica alcançou seu auge. Enquanto a democracia era estrangulada por uma crise generalizada, uma política confessional se fortaleceu. A hipótese, aqui, é que o elo dessa relação seja a própria crise de representação do período. Portanto, verificando o estado da arte, o objetivo deste trabalho é o de investigar os mecanismos causais dessa relação:



² Brasil perde *status* de democracia liberal. 05 mai. 2020. Disponível em: <https://brasil.eipais.com/opiniao/2020-05-05/brasil-perde-status-de-democracia-liberal-perante-o-mundo.html>. Acesso em: 10 jan. 2023

Abordar a erosão democrática a partir de uma perspectiva qualitativa e exploratória reveste-se de importância fundamental, uma vez que permite adentrar nas profundezas do problema e compreender suas múltiplas dimensões. Ao inserir o elemento religioso nessa discussão, ampliamos nossa compreensão de um tema que se tornou particularmente contemporâneo e urgente na esfera da Ciência Política brasileira.

A inclusão do fator religião enriquece o debate de diversas formas. Em primeiro lugar, a religião desempenha um papel central na vida de muitos e muitas brasileiros/as, influenciando suas crenças, valores e escolhas políticas. Explorar como a religião se entrelaça com a erosão democrática é crucial para entendermos o fenômeno em sua totalidade.

Além disso, a discussão sobre a influência religiosa na política levanta questões essenciais sobre a laicidade do Estado, uma característica fundamental de uma democracia saudável. Quando a religião passa a ter um peso desproporcional nas decisões políticas, isso pode comprometer a igualdade de cidadãos perante a lei e abrir espaço para discriminações baseadas em crenças religiosas.

A crise de representação política, um dos pontos centrais do estudo, está intimamente ligada à crescente presença de influências religiosas nos processos decisórios. Isso pode resultar em uma alienação de grupos minoritários e uma dificuldade de representação adequada de todos os cidadãos e todas as cidadãs. A compreensão dessas interações é fundamental para avaliar como a democracia é praticada.

Em resumo, ao considerar a erosão democrática sob uma perspectiva qualitativa e exploratória que inclui a religião, estamos não apenas abordando um tópico oportuno e relevante, mas enriquecendo nossa compreensão da crise de representação política, da estabilidade democrática e da laicidade do Estado, aspectos cruciais para o funcionamento saudável de nossa democracia.

1 O ideal da Democracia Liberal e a crise na Democracia

A Democracia Liberal ou Democracia Constitucional é uma forma de governo na qual o Estado e a sociedade são regidos por uma Constituição que garante pesos e contrapesos e estabelece os direitos fundamentais, também chamados de direitos liberais, que na letra da lei primam por liberdade e igualdade (CASSIMIRO, 2018). A Democracia Liberal se confunde com o próprio ideal democrático desenvolvido por tantos autores (SANTOS e CADEMARTORI, 2019). Tocqueville, uma das principais referências no tema, dedicou grande parte de sua obra a pensar como uma sociedade poderia ser igualitária sem ferir a liberdade individual (MAGALHÃES, 2000). Para Tocqueville, a igualdade é a principal característica da democracia e o desenvolvimento igualitário é um processo irrefreável.

O clássico autor chamou a atenção para alguns riscos nesse processo, principalmente para a “tirania da maioria”, uma homogeneização cultural que torna o ambiente hostil para a diversidade e a manifestação das minorias. Por isso, sua defesa de uma democracia liberal passa pela elaboração de leis que garantem tanto a igualdade de oportunidade, quanto as liberdades individuais (TOCQUEVILLE, 1835).

Desde que as principais nações do mundo se tornaram democracias ou estabeleceram algum grau democrático, as características dessa forma de governo tomaram novos contornos e o conceito de democracia tornou-se ainda mais amplo e complexo (CASSIMIRO, 2018). Na contemporaneidade, no entanto, o que tem chamado atenção é uma gradativa erosão dos sistemas democráticos em diferentes partes do mundo, inclusive no Brasil (AVRITZER, 2019; EATWELL, GOODWIN, 2020).

Para Eatwell e Goodwin (2020), as democracias têm se enfraquecido na medida em que os eleitores e as eleitoras percebem as eleições com um sentido cada vez menos prático. Diante disso, surgem líderes “outsiders” que se oferecem como opção para uma população que já não mais se conecta com a classe política tradicional. A produção acadêmica latino-americana tem apontado o desânimo por parte do eleitorado, fincado em um crescente sentimento de descrédito em relação às instituições democráticas (TELLES, 2018). Uma vez que a capacidade de representação dessas estruturas formais

se enfraquece, como os poderes legislativo, judiciário e demais instituições-chave da democracia, a estabilidade do sistema fica comprometida (EATWELL e GOODWIN, 2020).

Do ponto de vista histórico, o Brasil passou por períodos democráticos, por vezes interrompidos por golpes e levantes, o que concretizou uma cultura política que normaliza turbulências institucionais. Nossa cultura política ainda engloba partidos políticos com baixo compromisso democrático em suas estruturas internas, sendo governados por verdadeiros políticos de carreira, que definem os termos das pontes construídas entre o legislativo e o executivo, o que do ponto de vista da normativa da democracia, tal qual escreveu Dahl (1997), cria um ambiente hostil para a participação política efetiva e a oposição política autêntica.

A Constituição de 1988 sacramentou o estágio atual da democracia brasileira, constitucional/liberal (REIS, 2014). Contudo, nos últimos anos o país tem enfrentado sucessivas crises e turbulências institucionais que colocam em xeque sua estabilidade democrática, suscitando intenso debate inclusive no tocante a reclassificação da democracia brasileira, por alguns já considerada meramente eleitoral, como referenciado na introdução deste trabalho.

A crise atual na democracia brasileira ou a herança dela está um tanto enraizada. Os autores citados até aqui discordam em partes sobre o início da crise, seus eventos definidores e suas relações de causa e efeito. Há no entanto um aspecto sempre levantado sobre o período de crise política: acima de tudo, instalou-se uma crise de representação (REIS, 2019).

2 A lacuna de representação

Escândalos de corrupção altamente divulgados têm o potencial de prejudicar significativamente a reputação de líderes políticos e partidos perante o público. No contexto brasileiro, exemplificado pelo escândalo conhecido como “mensalão petista” e, posteriormente, pelo “petrolão,” seguido de uma extensa operação policial que se estendeu por vários anos, a imagem tanto do ex-presidente à época Luiz Inácio Lula da Silva³, quanto do Partido dos Trabalhadores sofreu considerável desgaste (SANTOS e TANSCHKEIT, 2019).

3 Presidente do Brasil por três mandatos: 2003 – 2006; 2007 – 2010; e 2023 – 2026.

Ocorreu que em vez da operação Lava Jato fortalecer a confiança das pessoas nas instituições, pelo contrário, aumentou a desconfiança nelas (BAPTISTA, 2018), ao passo em que se concentrava confiança em figuras isoladas como o juiz Sérgio Moro e o procurador Deltan Dallagnol, que trabalharam nos desdobramentos da operação Lava Jato (SANTOS e TANSCHKEIT, 2019). As fases da operação foram diariamente noticiadas e na medida em que a operação avançava, derretia-se a confiança nos políticos, nos partidos e até mesmo na mídia tradicional (BAPTISTA, 2018).

Jair Bolsonaro surge nesse momento de “tempestade perfeita” e oferta sua candidatura à demanda por uma liderança antissistema (GALLEGO, 2019). Bolsonaro, assim como outros líderes de seu tempo, se ampara fortemente em uma militância antissistema e antipolítica que se alimenta do desânimo dos eleitores com a política tradicional, por isso em vez de fortalecer, promove o descrédito das instituições democráticas e dos mecanismos formais da política (MAIR, 2013; LEVITSKY, 2018; EATWELL, 2020).

As razões para essa desconfiança e esse descrédito para com as instituições democráticas são as mais variadas apontadas na literatura. Desde a clássica explicação harveyniana que coloca o sentimento de desconfiança das estruturas formais do Estado como característica inerente das sociedades pós-modernas (HARVEY, 2008), as questões pontuais (às vezes nem tão pontuais assim!) como escândalos de corrupção (TELLES, 2017).

Na América Latina se observa um gradativo enfraquecimento dos partidos no tocante à sua capacidade de representação, o que contribui para que eles abram espaço para qualquer um que seja capaz de ser um grande puxador de votos, tornando os partidos cada vez menos programáticos (MAIR, 2013). Mair (2013) chama a atenção para a diminuição da participação eleitoral e a instabilidade do voto, tornando-se mais instável e notadamente orientado por fatores de curto prazo, ou seja, torna-se cada vez menor a previsibilidade das eleições diante de tal volatilidade.

Cada vez menos eleitores se interessam em participar das eleições e muitos dos que se interessam são orientados por critérios predominantemente momentâneos. Diminuiu a fidelidade partidária. Há uma tendência de eleitor e eleitora serem menos participativos e mais espectadores da política, diante da aparente intransponibilidade e da falta de um caráter mais pragmático (MAIR, 2013). Tal diagnóstico está em concordância com o que

disse Manin (1995), que chama essas novas ondas de “desânimo partidário” de democracia do público, o que permite a comparação:

Antigamente a televisão era algo que refletia um mundo exterior, agora com reality shows, TVs locais etc., a televisão buscou se aproximar do indivíduo (que dirá a internet hoje em dia!). Na política aconteceu o inverso: antigamente existia um sentimento de que a política convencional pertencia ao cidadão, agora a política tornou-se um mundo externo, observado por fora (MAIR, 2013, p. 59).

Se a democracia de partidos tem se tornado uma “democracia de audiência”, se o convencional já não convence, cogitam os partidos tradicionais dar lugar a “animadores” da audiência, o que em partes concordam Eatwell e Goodwin (2020) sobre a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos em 2016 e a de Jair Bolsonaro em 2018.

Levistisky (2018) também concorda que as democracias modernas têm se enfraquecido gradativamente por fatores ligados à crise de representação. Em sua argumentação, a lacuna da crise de representação é um problema que tem aberto caminho para líderes populistas autoritários, que muitas vezes chegam ao poder democraticamente eleitos, lembrando os casos de Hitler, Mussolini e Chávez (LEVISTISKY, 2018). Esses líderes de tão populares acabaram sendo aceitos pelos partidos, que fizeram “vista grossa” para o aparente autoritarismo. Levistisky (2018) vê esse fenômeno se repetir em várias partes do mundo, em “alianças fatídicas” que colocam em risco a democracia.

Antigamente, as ditaduras tinham um caráter mais iminente, vinham por golpes de Estado, revoluções etc. Hoje em dia, ela é minada gradativamente pelo enfraquecimento das instituições, a descredibilização da imprensa livre e a deslegitimação dos oponentes (LEVISTIKY, 2018). Eatwell e Goodwin (2020) destacam ainda a crescente de um ideal nacional-populista diante da crise de representação da democracia liberal, na qual a percepção das pessoas é de que as elites políticas ficam cada vez mais distantes, focadas em questões da própria economia global e baseadas em valores liberais que priorizam a liberdade individual em uma dimensão internacional, em detrimento de valores comunitários nacionais. Nesse contexto cresce o nacional-populismo, que diz dar voz aos

“ignorados” pelas elites políticas - que “priorizam mais os imigrantes que o próprio povo” (EATWELL e GOODWIN, 2020).

Eatwell e Goodwin (2020) explicam que os nacional-populistas prometem dar voz aos “ignorados” pelas elites políticas, inclusive, priorizando valores próximos da população, no tocante à cultura e aos “interesses” da nação. A vitória de Trump e o *Brexit* são efeitos desse ideal nacional-populista, que cresce na descrença das instituições e na crise de representação, são escândalos, *lobbies*, toma lá da cá, gastos “desnecessários”, distância representativa etc. A percepção das pessoas é de que falta democracia diante de um sistema percebido como meramente burocrático, então depositam seu voto em candidatos que prometem uma representação direta, que não será engolida pelas conformações burocráticas de um sistema que só serviria às elites (EATWELL e GOODWIN, 2020).

Eatwell e Goodwin (2020) ainda lembram a crise de 2008 e sua consequente austeridade mundial, mais as últimas crises de refugiados, que são frequentemente citadas como a causa das crescentes revoltas contra a democracia liberal e que, se resolvidas essas questões, tudo voltaria ao normal (2020). Contudo, ponderam que é preciso ter cuidado para não subestimar e até mesmo desdenhar das reivindicações dessas pessoas que depositaram/depositam votos nos nacional-populistas.

Os autores advertem que a obsessão com o curto prazo de tentar explicar e justificar a ascensão dos populistas, muitas vezes se baseia no menosprezo, e frequentemente ignora o enorme apoio que têm entre a população (EATWELL e GOODWIN, 2020). Ignora-se com isso as reivindicações de longo prazo como a questão do terrorismo, a questão das crises de refugiados e as desigualdades sociais que assolam os mais pobres, que se sentem desprivilegiados em relação aos imigrantes. Esses são fatores que podem fazer o nacional-populismo se perpetuar no hemisfério norte. No Sul, a questão dos refugiados não é tão central, mas as desigualdades, a crise institucional e de representação também podem aumentar a revolta contra a democracia liberal (EATWELL e GOODWIN, 2020).

A hipótese de que, com a estabilidade econômica, os partidos tradicionais recuperariam seu protagonismo e que a renovação geracional (“millennials tolerantes”) frearia o nacional-populismo é considerável, contudo, é necessário ponderar que os problemas que geram a crise de representação não vão desaparecer. Isso sempre suscitará

respostas mais inflexíveis, correndo-se o perigo de que as lacunas de representação da democracia liberal sejam de tempos em tempos preenchidas eleitoralmente com propostas mais radicais (EATWELL e GOODWIN, 2020).

No Brasil, o populismo de extrema-direita tem crescido auxiliado pelas dimensões constitutivas desses agentes: a fusão da ideia de representação política e representação religiosa (MARIANO e GERARDI, 2020). É nesse ponto que fica nossa principal discussão: o acionamento de valores religiosos como fator fundamental para preencher a lacuna de representação existente, o que é bastante utilizado por Jair Bolsonaro e toda a nova direita, massivamente eleita a partir de 2018.

3 Crise de representação ou demanda por representação religiosa?

No Brasil tem crescido a representação evangélica. Em um levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), com base nos dados disponíveis do TSE⁴, os evangélicos ocuparam 74 cadeiras no Congresso Nacional em 2014. Em 2018 chegaram a 91. Em 2022 foram eleitos 115 congressistas evangélicos.⁵ Silva (2018) discorre sobre o gradativo maior envolvimento dos evangélicos na política e explica que se tornou comum as mais variadas denominações evangélicas olharem para dentro de suas congregações e apontar um membro da igreja que possa representar os preceitos da religião na esfera política.

A ideia de representação é embalada no pressuposto de que a classe política precisa pautar sua atuação em valores religiosos (BOAS, 2020). Os evangélicos são um grupo muito heterogêneo, com distintas tradições teológicas, o que resulta em um expressivo número de denominações (igrejas). Contudo, é possível afirmar que, politicamente, o grupo evangélico em grande medida possui coesão em suas preferências e já pode ser considerado uma nova clivagem eleitoral (BOAS, 2020).

4 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/em-crescimento-bancada-evangelica-tera-91-parlamentares-no-congresso>. Acesso em: 10 jan. 2023.

5 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/bancada-evangelica-nao-cresce-como-esperado-e-deve-ser-20-da-camara.shtml>. Acesso em: 10 jan. 2023.

Alguns estudiosos do comportamento político têm defendido que não existe o tal “voto evangélico” na América Latina, sob o argumento de que a alta variabilidade dos resultados de candidatos e candidatas evangélicos e evangélicas colocaria em xeque a teoria de que “irmão vota em irmão” (LÓPEZ, 2004; BARRERA, 2006; GUADALUPE, 2017). Esses autores consideram que o efeito da religião do candidato e da candidata é bastante irregular para estimar um efeito real sob seu desempenho eleitoral, pois há mais eleitores e eleitoras evangélicos e evangélicas do que votos depositados em candidatos e candidatas deste grupo religioso.

Contudo, Boas (2020) adverte que esses autores subestimam a teoria do “voto evangélico” ao testá-la a partir da máxima do “irmão vota em irmão”, de maneira determinística, todavia, a religião do candidato e da candidata ou a recomendação do pastor e da pastora não é necessariamente determinante para todas as pessoas evangélicas depositarem seu voto em A ou B. A teoria do voto evangélico não pressupõe um público cativo que vota incondicionalmente por questões religiosas e, se fosse assim, também não haveria voto sindical, étnico ou sequer partidário:

[...] a questão relevante não é se todos os eleitores evangélicos – ou mesmo a maioria – apoiam um candidato evangélico. Pelo contrário, o que é relevante é se esse candidato ganha mais apoio de seus correligionários do que um candidato que é semelhante em outros aspectos, mas não é evangélico (BOAS, 2020, p. 124).

Portanto, é importante frisar que quando falamos em voto evangélico não falamos de unanimidade de preferência política, o que revela a necessidade de desenvolvermos melhor o conceito e evidencia como o voto evangélico é um conceito complexo. Boas (2020) afirma que o voto evangélico é baseado em valores, portanto, são eleitores e eleitoras que tendem a direcionar seu voto a candidatos e candidatas que acionam a defesa de valores que lhes são comuns, por isso, o voto pode ser direcionado para quem assume posturas e falas que incluem menção a elementos religiosos, como versículos e expressões bíblicas, de um jeito genuíno (BOAS, 2020).

Silva (2017) concorda que pessoas evangélicas, ainda que subdivididos em diversas denominações, reúnem um conjunto de valores que orientam seu voto, valores que vão dizer de comportamentos presumidamente adequados dos membros de uma sociedade, valores que reivindicam tradicionalismo. São presumidamente esses valores reverberados nos candidatos, que ajudam a orientar o voto da massa evangélica (SILVA, 2017).

Boas (2020) destaca que a percepção de ameaça à liberdade de culto e uma visão de mundo conservadora são os fatores que melhor explicam a participação política do grupo evangélico nos últimos anos e que esse grupo tem se organizado eleitoralmente cada vez mais, sustentando a teoria de que “irmão vota em irmão” e consolidando o que tem sido chamado de “voto evangélico” que, para o autor, solidifica-se principalmente com a socialização dos membros da congregação que, querendo ou não, experimentam a mesma lógica de um sindicato. Ainda que a política partidária seja oficialmente combatida por algumas denominações — isso é, não é desejável transformar a igreja em um palanque eleitoral — as lideranças veem como importante discutir valores que consolidam preferências políticas orientadas pela fé (BOAS, 2020).

Evangélicos se encontram presencialmente toda semana, socializam e pertencem. Ao debater constantemente questões na igreja, passam a enxergar a realidade com “os olhos da fé”, racionalizando questões da vida geral a partir de atalhos cognitivos gerados nas próprias crenças, aprendendo a ressignificar os fatos do dia a dia, transpondo-os para uma interpretação sobrenatural, rastreando e tentando discernir o que é do bem e o que é do mal (BORDA, 2020). Ou seja, tudo ganha um significado e uma conotação espiritual, inclusive a política, que se tornou ilustração máxima da percebida batalha espiritual pelo controle da nação (MARIANO e GERARDI, 2020).

Boas (2020), ainda investigando a inserção dos evangélicos na política na América Latina, lembra que os primeiros estudos realizados sobre o tema identificam um distanciamento dessa população da política, sendo inclusive explicitamente apolíticos. Citando o trabalho clássico de Lalive d’Epinay de 1969, lembra que no Chile, por exemplo, o pentecostalismo serviu como “refúgio das massas”, que se distanciavam da sociedade secular e evitavam discutir estruturas institucionais além da igreja. A teologia pentecostal foi identificada como inibidora da participação política naquele momento histórico, uma vez

que tal teologia versada em caráter pré-milenarista⁶, que compreendia o mundo e a vida terrena como uma “sala de espera” para a vida eterna, logo, participar da vida política era algo irrelevante e pouco discutido. Era inclusive motivo de alerta, pois nada deveria tomar o lugar central da evangelização. Qualquer coisa além disso era considerado mera distração (BOAS, 2020).

A partir da década de 1970 houve uma mudança no paradigma teológico dessas denominações, que passou de pré para pós-milenarista. Isso quer dizer que a compreensão agora é que é necessário “preparar o terreno para a vinda de Cristo”, expandindo “o reino de Deus”, o que implica em articulações para além da igreja local (BOAS, 2020). Tal momento histórico coincide com o início do Movimento Neopentecostal no Brasil, cujas denominações foram pioneiras em vários países da América Latina a realizar incursões mais programadas na política institucional, como fez a Igreja Universal do Reino de Deus no Brasil (BOAS, 2020).

Segundo Boas (2020), durante o século XX, a maior participação do grupo evangélico nas eleições na América Latina foi motivada em partes por um temor de que a hegemonia da Igreja Católica afetasse a liberdade de culto. O que ocorreu em um momento histórico de redesenhos constitucionais pelos quais passaram diversos países, as pessoas evangélicas, sobretudo de matrizes pentecostal e neopentecostal, ficaram temerosas com os possíveis benefícios que a Igreja Católica receberia (BOAS, 2020), por exemplo, houve intensa articulação evangélica para a constituinte no Brasil. Contudo, na atualidade não são mais essas as motivações ligadas à competição com a Igreja Católica que impulsiona a intensa participação política do grupo evangélico. Agora são questões relacionadas a valores morais que engajam as igrejas evangélicas:

⁶ Milenarismo ou milenismo na religião cristã, diz respeito à crença de que na segunda vinda de Cristo haverá um tempo de justiça e ocorrerá o juízo final. Teologias que versam em caráter pré-milenaristas entendem que esta fase está por vir. Teologias que versam em caráter pós-milenaristas entendem que este período já começou, o que demanda maior ativismo dos fiéis em expandir o “Reino de Deus” para que Jesus Cristo retorne à Terra e cumpra-se as profecias bíblicas (BAUMGARTNER, 2001).

Embora essas questões [morais] não representem uma ameaça existencial para os evangélicos, como as restrições à liberdade de culto, certos grupos conservadores os percebem como um ataque a seu estilo de vida tradicional, realizado em grande parte por uma sociedade cada vez mais progressista e secular (BOAS, 2020, p. 118-119).

Finalmente, Boas (2020) observa que em contextos nos quais os partidos são personalistas e/ou clientelistas e notadamente pouco programáticos, tais partidos tendem a absorver mais candidatos e candidatas evangélicos e evangélicas capazes de fornecer força eleitoral. Esses partidos acabam perdendo ainda mais sua capacidade de representação ao constituir programas cada vez mais genéricos (MAIR, 2013).

Esse panorama é extremamente observado no Brasil que, a partir de seu sistema partidário fragmentado, favorece as candidaturas evangélicas (BOAS, 2020). Tornou-se corriqueiro um partido aleatório abrigar um candidato de valores e preceitos religiosos superiores aos valores do partido, escancarando o baixíssimo nível programático dos partidos, que aceitam negociar seus paradigmas históricos em circunstâncias eleitorais (MAIR, 2013).

Camurça (2019), discorrendo sobre o caso brasileiro, afirma que os evangélicos “ocuparam a política e o parlamento formando suas bancadas e frentes para estabelecer uma normatividade legal por meio da qual valores de sua dogmática religiosa são embutidos e convertidos em projetos que regerão políticas públicas” (p. 125), o que ele conceitua como Confessionalização da Política. A Frente Parlamentar Evangélica, nesse sentido, não evoca apenas uma representação nominal, mas uma representação na construção das políticas públicas e nas leis que regem a sociedade, intenções que vez ou outra constroem os limites e vedações de um Estado constitucionalmente laico (CAMURÇA, 2019).

Garrido (2021) discorre que a Frente Parlamentar Evangélica é fruto do novo ativismo político evangélico liderado por líderes religiosos importantes como Silas Malafaia, que alegam estar amparados no direito à liberdade religiosa, inclusive quando valores religiosos passam a constituir projetos para reger políticas públicas. Malafaia e seus pares têm defendido a eleição de candidatos que trazem a identidade religiosa para seus mandatos,

processo que constituiria um movimento sobrenatural de “limpeza espiritual” da política, sendo que no entendimento de grande parte dessas lideranças, foi a própria crise que chamou o “povo de Deus” a participar mais ativamente da política (MARIANO e GERARDI, 2020), corroborando para o fortalecimento da nossa hipótese: a crise de representação favorece a confessionalização da política.

Considerações Finais

Quando remontamos a crise de representação na dimensão do descrédito institucional produzido pela operação Lava Jato, vemos um ambiente favorável para o crescimento de novos grupos políticos que militam contra o sistema e a política tradicional, evocando suposta inovação em termos representacionais. Se olharmos para a crise de representação na dimensão do baixo conteúdo programático dos partidos políticos vemos um ambiente favorável para o crescimento de candidaturas quase que “avulsas”, mesmo que debaixo da jurisdição de um partido.

No Brasil, a crise de representação e a crise democrática que se retroalimentam criam um ambiente favorável para a consolidação de grupos que ora radicalizam seus discursos antissistema, ora abrem espaço para candidaturas confessionais, que respondem exclusivamente às suas igrejas locais. Grupos que têm naturalizado a confessionalização da política em um Estado laico como o Brasil.

A laicidade do Estado foi driblada pela premissa da liberdade religiosa. Falar e fazer política em nome de Deus tornou-se algo comum na política brasileira. Portanto, com o percurso aqui feito, confirma-se que há relação entre a crise de representação política, o esvaecimento da democracia liberal e a confessionalização da política. O novo ativismo político evangélico engendra uma visão de mundo não apenas conservadora, mas antiprogressista, a fim de consolidar uma cultura política em que os valores religiosos devem invariavelmente balizar as preferências políticas dos votantes evangélicos e conduzir a atividade parlamentar dos representantes por eles eleitos.

Referências

AVRITZER, Leonardo. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018. In: AVRITZER, Leonardo et. al. (org.). *Pensando a democracia, a República e o Estado de Direito no Brasil*. Belo Horizonte: Projeto República, 2019.

BAPTISTA, Érica Anita. Corrupção política e avaliação de governo: o caso da Lava Jato. *Aurora: Revista de arte, mídia e política*, São Paulo, v.11, n. 32, p. 128-148, 2018.

BAUMGARTNER, Frederic J. *Longing for the End: A History of Millennialism in Western Civilization*. London: Palgrave Macmillan, 2001.

BOAS, Taylor C. A representação eleitoral dos evangélicos na América Latina. In: PÉREZ GUADALUPE, José Luis; CARRANZA, Brenda. *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p.113-130.

BORDA, Guilherme Flores. A Construção de uma 'Nação Cristã' na América Latina. In: PÉREZ GUADALUPE, José Luis; CARRANZA, Brenda. *Novo Ativismo político no Brasil: os evangélicos no século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer, 2020. p. 131-154.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. Religião, política e espaço público no Brasil: perspectiva histórico/sociológica e a conjuntura das eleições presidenciais de 2018. *Estudos de Sociologia*, v. 2, n. 25, p. 125-159, 2019.

CASSIMIRO, Paulo Henrique Paschoete. Alexis de Tocqueville e o liberalismo francês: continuidades e rupturas sobre o conceito de democracia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, n. 96, 2018.

DAHL, Robert. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 1997.

EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew. *Nacional-populismo: A revolta contra a democracia liberal*. Trad. Alessandra Bonruquer. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2020.

GALLEGO, Esther Solano. "Eu voto no Bolsonaro porque ele vai mudar o Brasil": escutando os eleitores de Bolsonaro. In: AVRITZER, Leonardo et. al. (org.). *Pensando a democracia, a República e o Estado de Direito no Brasil*. Belo Horizonte: Projeto República, 2019.

GARRIDO, Stella. *Silas Malafaia: Uma relação entre religião e política para além do sagrado, do segundo governo Dilma à ascensão de Bolsonaro*. Anais do 3º Encontro Internacional história e parcerias, 2021.

GUADALUPE, Pérez José Luis; GRUNDBERGER, Sebastian (org.). *Evangélicos y poder en América Latina*. Lima: Konrad Adenauer Stiftung / Instituto de Estudios Social Cristianos, 2018.

HARVEY, David. *A Condição Pós-moderna*. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2018.

MAIR, Peter. El final de la participación popular. In: CASAL BÉRTOA, Fernando. *Gobernando el vacío: la banalización de la democracia occidental*. Madrid: Alianza Editorial, 2013.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.10, n. 29, p. 5-34, 1995.

MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu André. Apoio evangélico a Bolsonaro: antipetismo e sacralização da direita. In: PÉREZ GUADALUPE, José Luis; CARRANZA, Brenda. *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 329-350.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: Do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2014.

REIS, Fábio Wanderley. Crise, opinião pública e instituições. In: AVRITZER, Leonardo et. al. (org.). *Pensando a democracia, a República e o Estado de Direito no Brasil*. Belo Horizonte: Projeto República, 2019.

SANTOS, Fabiano; TANSCHKEIT, Talita. Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. *Colombia Internacional*, n. 99, p. 151-186, 2019.

SANTOS, Priscilla Camargo. CADEMARTORI, Luiz Henrique Urquhart. Por uma Democracia: entre a Democracia Liberal e a Prática Política em Jacques Rancière. *Sequência* (Florianópolis), n. 83, p. 220-246, 2019.

SILVA, F. C. A presença evangélica na política atual e o estado laico no Brasil. *Último Andar*, [S. l.], n. 34, p. 2-11, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ultimoandar/article/view/44626>. Acesso em: 11 jan. 2023.

SILVA, Luis Gustavo Teixeira da. Religião e política no Brasil. *Latinoamérica. Revista de Estudios Latinoamericanos*, n. 64, p. 223-256, 2017.

TELLES, Helcimara de Souza. Democracia de democratas insatisfeitos e a emergência dos Alternative Right (AR). *Em Debate*, v. 10, n. 1, p. 25-32, 2018.

TELLES, Helcimara de Souza. Crise política ou crise na política? O processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff e seus desdobramentos (a)políticos. In: SOUZA, Robson Sávio Reis; PENZIM, Adriana Maria Brandão; ALVES, Claudemir Francisco (org.), v. 1. *Democracia em crise: o Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: Editora PUCMINAS, 2017. p. 173-206.

TOCQUEVILLE, Alexis. Government of the Democracy in America. *Democracy in America*, 1835.

Submetido em 15/01/2023

Aprovado em 01/11/2023